



Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

fotos

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado				
	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa								
Contas a receber	4	76.590	59.121	101.785	12	19.257	17.841	26.408
Créditos com partes relacionadas	5	168.684	173.389	199.855	13	214.735	222.188	236.850
Despesas antecipadas	24	13.134	477	13.134	6	2.859	-	3.715
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	238.690	196.299	244.521	14	11.258	26.488	12.907
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	6	786	17.797	786	15	119	-	119
Instrumentos financeiros derivativos	7	24.408	24.672	24.892	16	18.443	11.848	20.829
Outros ativos	25	-	229	-	17	232.960	184.574	240.370
Ativo não circulante	206.929	15.347	355.598	Passivo não circulante	290.678	4.122	369.751	
Realizável a longo prazo	8	977	546	977	12	97	118	97
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	-	45	-	6	33.051	-	12.414
Instrumentos financeiros derivativos	25	1.840	-	1.840	15	180	-	97.390
Ativo indenizatório	1.b	97.209	-	97.209	16	256.389	1.745	258.889
Outros ativos	14	-	16	12	17	961	2.243	961
Investimentos	9	153.626	-	153.626	TOTAL DO PASSIVO	794.818	470.040	916.313
Imobilizado	10	16.645	14.369	17.597	Capital social	25.113	17.271	25.113
Intangível	11	26.618	371	237.963	Reserva de capital	18	104.000	104.000
TOTAL DO ATIVO	819.931	487.311	941.426	Prejuízos acumulados	18	(75.778)	(83.620)	(75.778)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo"), com sede na Avenida Marcos Peñate da Ulhôa Rodrigues, nº 1690, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, outsourcing, gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em equipamentos de rede, informática e tecnologia da informação e comunicação, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("Brasil"), com 50,01% da capital social e pela Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("T&CT"), com 49,99% de seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era a controladora da IPNET Serviços em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("IPNET" ou "Controlada"), possuindo uma participação total direta no capital social destas sociedades.

b) Aquisição da IPNET Serviços em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("IPNET") e da IPNET USA, LLC ("IPNET USA") pela Companhia (Combinada de Negócios)

Em 22 de julho de 2024, a Companhia, controlada direta da Telefônica Brasil, celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras ações, tendo por objeto a aquisição da totalidade das quotas de emissão da IPNET Serviços em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("IPNET") e da IPNET USA, LLC ("IPNET USA") ("Transação"), pelo valor de R\$223.799, condicionado ao atingimento de determinadas métricas operacionais e financeiras. Este valor inclui um acordo de não concorrência que foi reconhecido separadamente da combinação de negócios e um valor justo de R\$27.136. O preço de compra restante (R\$ 196.663) foi alocado aos ativos líquidos adquiridos, excluindo o acordo de não concorrência, que foi reconhecido como um intangível.

O Grupo IPNET explorava, dentre outras atividades, a revenda de softwares e sistemas, bem como a prestação de serviços de consultoria, treinamento e suporte para adaptação, migração e suporte relacionados. Há 20 anos no mercado, o grupo tem participado da transformação digital de empresas.

Os documentos da Transação contêm termos e disposições comuns a esse tipo de transação, sendo que a sua consumação estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, incluindo a obtenção de introduções, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, a menos que sejam informadas, estas são evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

c) Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, a menos que sejam informadas, estas são evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico

com base de valor (exeto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

O ativo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja vendido ou pretendido que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) é usado essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja vendido ou pretendido que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (d) é usado essencialmente com o propósito de ser negociado.

O passivo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa individuais e consolidadas foram preparadas conforme o princípio técnico CPC 03 e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de abril de 2025.

c) Mota função e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e apresentadas em milhares de reais (exeto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exeto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (ii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio de compra e venda e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das data das contratações.

d) Bases de consolidação

A participação societária está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido das entidades controladas são eliminados integralmente.

As informações sobre as investidas estão apresentadas na nota 9.

e) Resumo das POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As seguintes alterações de normas contábeis foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: (i) Emendas ao CPC 6 - Responsabilidade de arrendamento em uma venda e leaseback; (ii) Alterações ao CPC 26 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e (iii) Acordos de financiamento de fornecedores - Emendas aos CPC 3 e CPC 40.

A Companhia e sua controlada não adotaram antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentam-se as informações contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de pagamento de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudanças de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das data das contratações.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio de compra e venda e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das data das contratações.

b) Contas a receber

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável ou pago, ou alegado, relativos a obrigações, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, ou alegados de impostos, taxas e contribuições sociais, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

As despesas com impostos, taxas e contribuições sociais, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são contabilizadas como despesas de operações da Companhia e sua controlada.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos tributários correntes são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias.

Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributárias, exceto: (i) quando o imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias de impostos de renda e impostos de renda diferidos, ou (ii) quando o imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias de impostos de renda e impostos de renda diferidos.

As diferenças temporárias de impostos de renda e impostos de renda diferidos são reconhecidas como despesas de operações da Companhia e sua controlada.

e) Conta de prestações total

O valor justo dos ativos adquiridos é R\$169.267, com o agio gerado na data da aquisição, sujeito a ajustes por fatores de cálculo.

Apresentamos a seguir, um resumo preliminar da composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$222.224, bem como o agio gerado na data

continuação



Telefónica

Telefónica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

• Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução do valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a manutenção da vida útil é reavaliada e, se não for mais adequada, é feita uma redução. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

• Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

h) Análise de recuperabilidade dos ativos, não financeiros

• Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituida provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

• Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC ("Weighted Average Cost of Capital") que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no Capital Asset Pricing Model ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) a dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo antes dos tributos.

• O valor contábil líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicações disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

• Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação existir, a Companhia e sua controlada estimam o valor recuperável do ativo.

• Uma vez que o valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

• Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

• Ágio: o teste é feito por redução do valor recuperável do ágio é efetuado anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem uma desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

• Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou sempre que houver indicativos de perda, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

• Avaliação do valor em uso dos ativos imobilizados, ágio e intangíveis: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e à participação da Empresa e suas controladas neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e sua controlada, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

• Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de juros e (iii) taxa de crescimento na perpetuidade.

i) Teste de recuperabilidade dos ágios

• Anualmente, a Companhia e sua controlada avaliarão a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso.

• O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base no WACC.

• De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se as perpetuidades das premissas tendo vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

• Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 11,4% e 12,0%, que antecede os tributos equivalentes a 13,25% e 14,04% em 2024 e 2023, respectivamente, também em valores nominais.

• A taxa de descontamento nominal utilizada para extrapolar as projeções até o período de 5 anos foi de 4,0% para 2024 e 2023.

• A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,0% a.a. em 2024 e 2023.

• As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e sua controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

• Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia e sua controlada, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

j) Pessoal, encargos e benefícios sociais

• Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

• Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 20).

j) Fornecedores

• São obrigações a pagar, bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

• São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

• A Companhia e sua controlada não possuem accordos de financiamento com fornecedores.

k) Provisões e contingências

• As provisões são reconhecidas quando houver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação seja efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

• As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias e cíveis.

• Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentar os líquidos com a provisão.

• Provisões contingentes

• A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhistas, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Passivos contingentes (Purchase Price Allocation - PPA)

• Refer-se os valores do passivo contingente decorrente do PPA gerados na aquisição do controle da IPNET, relacionados a demandas judiciais trabalhistas tributárias, conforme o caso, ao seu valor justo na combinação de negócios.

l) Reconhecimento das receitas

• As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou assim que) a obrigação quanto aos clientes for satisfeita, ou seja, quando os riscos e os benefícios das relações com os clientes são transferidos para elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

• As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

m) Receitas (despesas) financeiras

• Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

n) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

• A Companhia patrocina individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como planos multiparcionários de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em base atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados anualmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

• Os passivos atuariais de planos com características de planos devidamente constituídos são reconhecidos como ativos financeiros.

• Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

• O ativo ou passivo de plano de benefício definido é reconhecido na demonstração das receitas financeiras correspondentes, conforme a legislação tributária brasileira, podendo ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

• c) Expectativa de realização

• Ano

• 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 em diante

• Total 753 (3.103) (3.063) (1.601) (2.830) (2.570)

• Total (12.414) 21.870 21.922 21.922 21.922 21.922 (12.414)

• d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

• A Companhia e sua controlada provisões para as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balanços de provisões ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas como passivo do ativo conforme o caso.

• O resultado a ser tributado é uma estimativa da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

• e) Composição de movimentação

• Consolidado

• Saldos em 31 de dezembro Demonstração negócios - IPNET dezembro de 2023 resultados (nota 1.b) de 2024

• Passivo diferido - (227) (12.187) (12.414)

• I&C e CS sobre diferenças temporárias⁽¹⁾ 52 21.870 21.922

• Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e passivo contingente 257 (1.542) (1.285)

• Ativo diferido indenizatório (1.511) (32.515) (33.051)

• Total (227) (12.187) (12.414)

• f) Taxa efetiva

• I&C e CS correntes 64,8% - 64,3% 64,3%

• I&C e CS diferidos 14.354 (13.855) (227)

• Total 64,8% - 64,3% (13.855) (227)

• g) Passivo fiscal diferido, líquido (34.332) (34.332)

• h) Passivo fiscal diferido, líquido (34.332) (34.332)

• i) (1) Refere-se os montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

• j) Expectativa de realização

• Ano

• 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 em diante

• Total 753 (3.103) (3.063) (1.601) (2.830) (2.570)

• Total (12.414) 21.870 21.922 21.922 21.922 21.922 (12.414)

• k) Taxa efetiva

• I&C e CS correntes 64,8% - 64,3% 64,3%

• I&C e CS diferidos 14.354 (13.855) (227)

• Total 64,8% - 64,3% (13.855) (227)

• l) Passivo fiscal diferido, líquido (34.332) (34.332)

• m) Passivo fiscal diferido, líquido (34.332) (34.332)

• n) (1) Refere-se os créditos de I&C e COFINS gerados sobre insumos na prestação de serviço de cloud computing.

• o) Refere-se os tributos retidos na fonte sobre aplicações financeiras e prestação de serviços.

• p) (1) Refere-se, principalmente, a contratos de licenças de software de serviços de cloud computing.

• q) (1) Refere-se, principalmente, a contratos de licenças de software de serviços de cloud computing.

• r) (1) Refere-se, principalmente, a contratos de licenças de software de serviços de cloud computing.

• s

continuação



Telefónica

Telefónica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

a.3) Passivos pela aquisição da IPNET

O montante da contraprestação total transferida pela aquisição em 2024 da IPNET pela Companhia, incluídos os ajustes de preços acordados entre as partes, foi de R\$223.799, sendo atualizado pela variação da taxa IP/SELIC ocorrida entre a data da transação e o respectivo pagamento. Deste montante, R\$6.007 foram pagos à vista no momento da conclusão da transação e o restante será pago conforme cláusulas contratuais.

Outros credores (outros do grupo)

a.3.1) Contrato de mutuo com Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech ("TC&CT")

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e a Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech (empresa do Grupo Telefónica), celebraram um contrato de mutuo no montante de 7.394 mil euros (equivalente a R\$44.991,00, valor principal), para que a Companhia tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, ate a data da efetiva liquidação, pela taxa de Eurobor 6M + 240 p.b. ao ano, desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros serão pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

Para mitigar exposição ao risco foi contratado um swap trocando a totalidade da variação cambial e dos juros por CDI + 1,795% a.a..

a.3.2) Contrato de mutuo com a Telefónica Brasil

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia e a Telefónica Brasil, celebraram um contrato de mutuo no montante R\$45.009 para que a Companhia tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, ate a data da efetiva liquidação, pela taxa de CDI + 1,50% a.a., desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros serão pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

16.b. Cronograma de pagamentos (não circulante)

Consolidado

Ano	Arrendamentos	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição de sociedades	Outros credores (empresas do grupo)	Total
2026	765	2.500	13.184	-	16.449
2027	-	-	28.398	93.324	121.722
2028	-	-	28.398	-	28.398
2029	-	-	92.320	-	92.320
Total	765	2.500	162.300	93.324	258.889

16.c. Movimentações

Consolidado

Ano	Arrendamentos	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição da IPNET	Outros credores (empresas do grupo)	Total
Saldo em 31.12.22 - Controladora	19.399	-	-	-	19.399
Ingressos	5.469	-	-	90.000	95.469
Combinação de negócios (nota 1.b)	-	5.563	163.792	-	169.355
Encargos financeiros (nota 21)	714	-	-	-	714
Baixas (pagamentos) de principal	(12.074)	-	-	-	(12.074)
Baixas (pagamentos) de encargos	(31)	-	-	-	(31)
Saldo em 31.12.23 - Controladora	13.593	-	-	-	13.593
Ingressos	5.469	-	-	90.000	95.469
Combinação de negócios (nota 1.b)	-	5.563	163.792	-	169.355
Encargos financeiros (nota 21)	677	73	2.400	2.852	6.002
Variação cambial (nota 21)	-	-	-	2.598	2.598
Baixas (pagamentos) de principal	(6.020)	(750)	-	-	(6.770)
Baixas (pagamentos) de encargos	(529)	-	-	-	(529)
Saldo em 31.12.24 - Consolidado	13.190	4.886	166.192	95.450	279.718

17. RECEITAS DIFERIDAS

São os passivos contratuais com clientes, decorrentes da comercialização de licenças de software de serviços de cloud computing, sendo diferidos o resultado na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$104.000, representado por 510.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 255.051 ações ordinárias de titularidade da Telefónica Brasil e 254.949 ações ordinárias de titularidade da TC&CT.

b) Reserva de capital

Refer-se ao ajuste a valor presente dos valores, decorrente da celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a TC&CT.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Controladora

2024	2023	2024
Receita operacional bruta	1.328.299	1.092.373
Descontos da receita operacional bruta	(147.458)	(122.546)
Tributos	(147.450)	(122.482)
Descontos concedidos	(8)	(64)
Receita operacional líquida	1.180.841	969.827

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora

2024	2023	2024
Serviços de terceiros, materiais e outros custos e despesas	(1.035.157)	(851.391)
Despreciação e amortização ²⁰	(9.445)	(13.629)
Pessoal	(109.034)	(102.245)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(2.804)	(8.793)
Total	(1.156.440)	(976.058)

Custo dos serviços prestados

Despesas com comercialização

Despesas gerais e administrativas

Total

(1) Inclui R\$4.710 e R\$11.120, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

21. RESULTADO FINANCIERO, LÍQUIDO

Controladora

2024	2023	2024
Receitas Financeiras	8.607	250
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 25)	9.165	7.777
Receitas de aplicações financeiras	1.687	882
Receitas com variações cambiais e monetárias	1.149	2.458
Juros ativos e outras receitas financeiras	1.171	-
Total	20.608	11.367

Despesas Financeiras

Encargos de empréstimos, financiamentos, arrendamentos e outros credores (nota 16)

Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 15)

Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 25)

Variações cambiais de mútuo com empresa do grupo (nota 16)

Outras despesas com variações cambiais e monetárias

Juros passivos e outras despesas financeiras

Total

Resultado financeiro, líquido

Controladora

2024	2023	2024
Receitas Financeiras	8.607	250
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 25)	9.165	7.777
Receitas de aplicações financeiras	1.687	882
Receitas com variações cambiais e monetárias	1.149	2.458
Juros ativos e outras receitas financeiras	1.171	-
Total	20.608	11.367

22. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A controladora, indetada da Companhia, Telefónica S.A. ("Telefónica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações ("Talent for the Future Share Plan" ("TFSP") e "Performance Share Plan" ("PSP")) para seus funcionários.

O principal plano em vigor em 31 de dezembro de 2024 está detalhado a seguir:

a. *Talent for the Future Share Plan ("TFSP")*, para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível de grupo, que é dividido em: (i) Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025): com 3 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 6.000 ações da Telefónica.

Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026): com 2 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 3.000 ações da Telefónica.

b. *Performance Share Plan ("PSP")*, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global: Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.034 ações da Telefónica.

Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.034 ações da Telefónica.

Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.034 ações da Telefónica.

c. *Performance Share Plan ("PSP")*, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível local:

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.406 ações da Telefónica.

Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.034 ações da Telefónica.

Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.034 ações da Telefónica.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.9370 euros.

O valor justo das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.

O valor de cotação das ações da Telefónica era de 3.5970 euros.



Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades incluem a opinião sobre essas demonstrações financeiras. As Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Comparte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o dever de obter evidências e informar a opinião profissional sobre a auditoria. Através de:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para a direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF012332/0-2

